

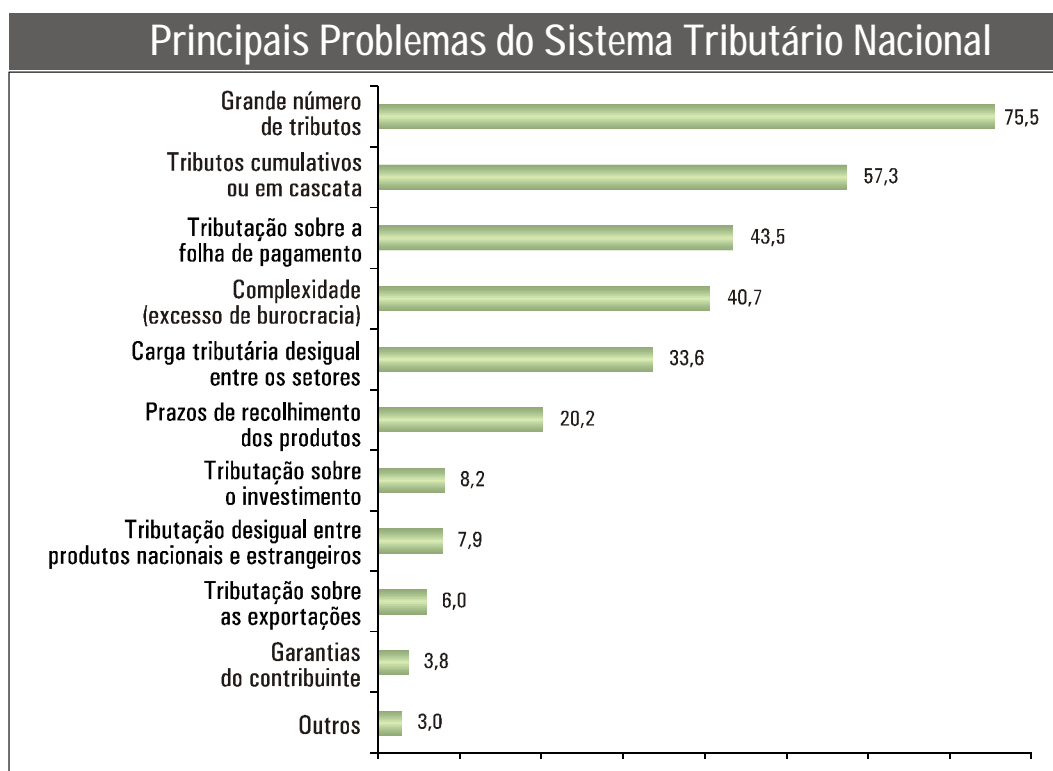
SONDAGEM Especial

No.1, agosto de 2003

Reforma Tributária proposta está longe da ideal

Esta Sondagem Especial tem como objetivo identificar a visão do empresário industrial sobre os problemas do sistema tributário brasileiro e suas expectativas em relação ao projeto de reforma tributária em discussão no Congresso Nacional. As informações aqui levantadas refletem a visão de 1.385 dirigentes industriais de diversos setores de atividade e regiões do País. Devem ser consideradas como uma contribuição do setor industrial à discussão em andamento, de modo a tornar a reforma tributária, de fato, um instrumento de transformação estrutural de nossa economia e viabilizar um caminho ao crescimento vigoroso e sustentado.

Os resultados deste levantamento – realizado em julho, portanto antes do adensamento da discussão sobre a reforma no âmbito da Comissão Especial da Câmara dos Deputados – apontam uma certa frustração dos empresários industriais com a proposta de reforma. A maioria avalia que a proposta pouco muda em relação à situação atual e que o resultado poderia ser melhor. Há alguma expectativa positiva em relação ao ICMS, identificado como o pior tributo, no que se refere à unificação nacional das alíquotas. Considerando que a Sondagem Industrial sempre identificou, em suas edições trimestrais, a carga tributária como o principal problema das empresas industriais brasileiras – à frente até mesmo das elevadas taxas de juros e da falta de demanda – a reforma proposta fica muito aquém do necessário.



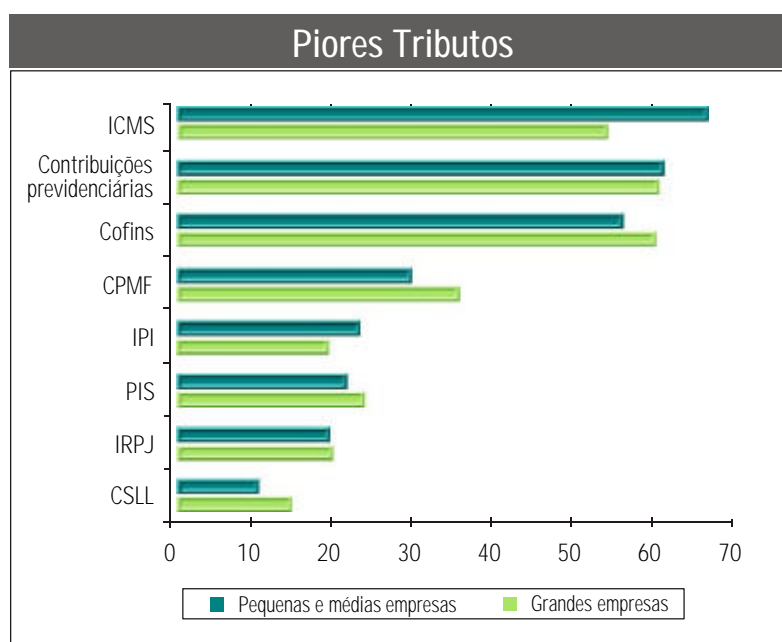
Principal problema é a quantidade de tributos

O principal problema do sistema tributário brasileiro é o grande número de tributos. Apresentados a uma lista de problemas, dos quais poderia apontar três, mais de 75% dos empresários consultados apontaram a quantidade de tributos (impostos, taxas e contribuições) como um dos três principais problemas do sistema tributário. A escolha não chega a surpreender quando se verifica que a elevada carga tributária brasileira é resultado da aplicação de uma variedade de tributos devidos aos diferentes níveis de governo, incidentes em diferentes bases de tributação e com metodologia de cálculo e arrecadação diversas. Conseqüentemente, além e acima do custo com os tributos, as empresas são obrigadas a despender recursos para atividades de cálculo e pagamentos de tributos, recursos esses que poderiam estar sendo empregados produtivamente.

O segundo maior problema é a cumulatividade (ou incidência “em cascata”) de alguns tributos. Essa opção foi assinalada por mais da metade dos executivos industriais. Separando-os pelo porte da empresa, os percentuais de assinalações foram, respectivamente, 56% entre os empresários das pequenas e médias empresas e 62% entre as grandes. Em seguida, na ordem de importância, têm-se a tributação sobre a folha de pagamentos e a complexidade (excesso de burocracia), ambas as opções com mais de 40% de assinalações. A reduzida menção à tributação sobre o investimento se explica pela preocupação maior das empresas com as dificuldades do cotidiano. Quanto às exportações, o principal problema recai na cumulatividade que dificulta a desoneração. Partindo do princípio universal que as exportações não são tributadas, um dos principais problemas para as empresas exportadoras é, de fato, a tributação cumulativa.

ICMS é o pior tributo

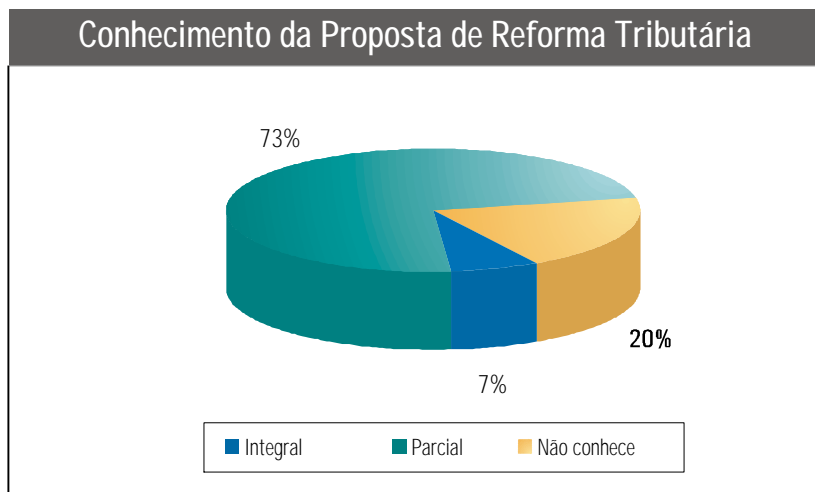
Com base em uma lista dos oito principais tributos devidos pelas empresas, a escolha dos piores tributos recaiu sobre o ICMS, as Contribuições Previdenciárias e a Cofins, todos selecionados por mais da metade dos empresários. Com relação ao pior tributo, verifica-se diferenças nas opiniões dos executivos de grandes e pequenas e médias empresas. No caso das pequenas e médias empresas, o pior tributo é o ICMS selecionado por 64% dos executivos dessas empresas. Já entre as grandes empresas, os piores tributos são as Contribuições Previdenciárias e a Cofins, com 58% de assinalações cada uma. Observe-se ainda que a CPMF é apontada por cerca de 30% das empresas como um dos três piores tributos, à frente do IPI, do Imposto de Renda e de outras contribuições.



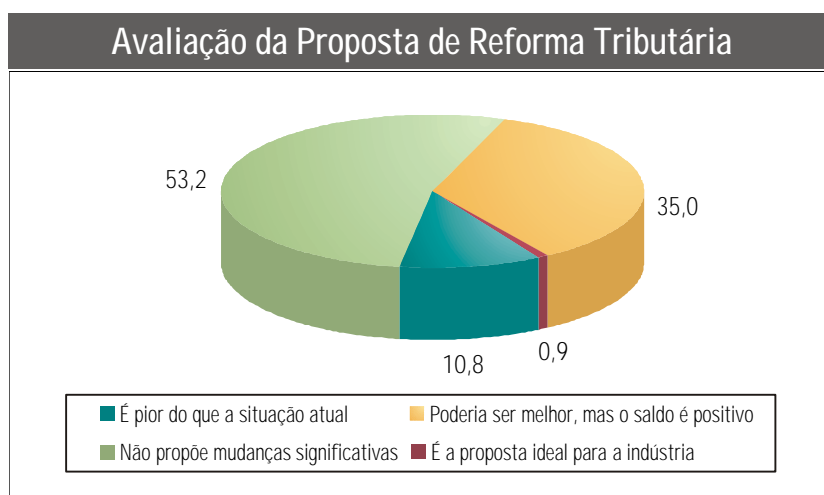
Projeto de reforma pouco muda a situação atual

A grande maioria dos empresários tem conhecimento da proposta de reforma apresentada ao Congresso Nacional pelo Executivo Federal, embora apenas 7% disse conhecer o projeto integralmente à época do levantamento. Cerca de 20% respondeu desconhecê-lo. A avaliação quanto ao projeto não é positiva e as expectativas quanto à sua aprovação são ainda piores. Os empresários industriais não estão muito confiantes quanto ao resultado final da Reforma.

Dos entrevistados que conhecem o projeto, ainda que parcialmente, 26% responderam não ter uma posição definida quanto à proposta. Entre os que têm posição, a avaliação predominante é de que o projeto não propõe mudanças significativas: 55% dos empresários das pequenas e médias empresas e 47% das grandes empresas são dessa opinião. Cerca de 35% dos industriais assinalaram que a proposta “Poderia ser melhor, mas o saldo é positivo” e menos de 1% responderam que a proposta é a ideal para a indústria.



A expectativa com relação ao texto final é ainda mais pessimista. Entre os que acreditam que a proposta “poderia ser melhor, mas que o saldo é positivo,” 48% dos empresários avaliam que o texto aprovado será pior do que o proposto. Apenas 19% assinalaram que o texto aprovado será melhor do que o proposto e 12% não tem posição definida. Considerando apenas o grupo (majoritário) que acredita que a proposta “não propõe mudanças significativas”, metade é de opinião que o resultado final será pior. A proporção dos que declararam expectativas otimistas é de apenas 13%.



* Apenas os que conhecem a proposta e tem uma avaliação definida.

Note-se, contudo, que menos de 4% do total dos respondentes acreditam que a reforma não será aprovada. Desse modo, a grande maioria dos empresários é de opinião que uma reforma será aprovada, mas poucos acreditam que tal reforma trará resultados positivos para o setor industrial.

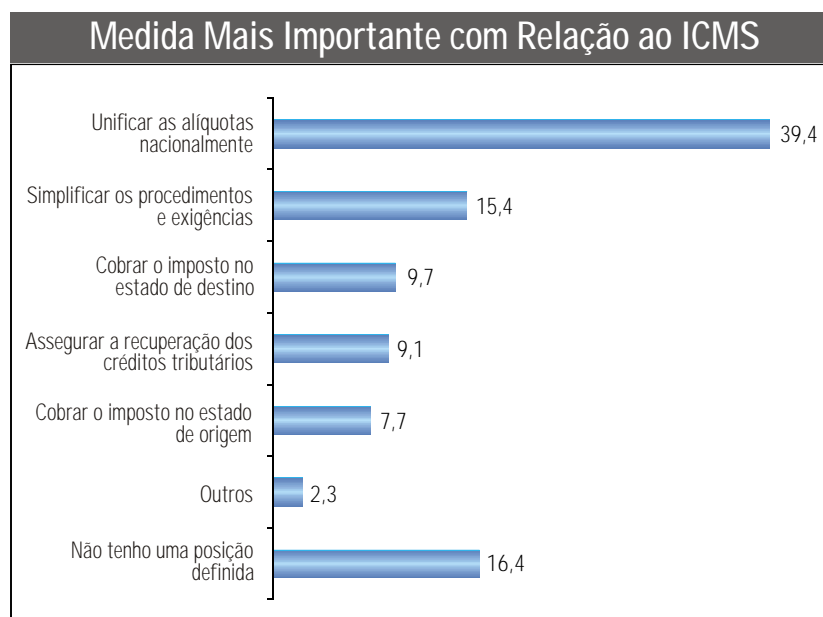
Expectativa quanto à Aprovação da Proposta por Avaliação*

Avaliação do Projeto de Reforma	Expectativa de Aprovação					Número de respondentes
	Não tenho uma posição definida	Não será aprovado	Será aprovado como proposto	Será aprovado, mas melhor do que o proposto	Será aprovado, mas pior do que o proposto	
	%	%	%	%	%	
É pior do que a situação atual	9,9	3,7	27,2	24,7	34,6	81
Não propõe mudanças significativas	17,4	4,3	15,7	13,1	49,5	396
Poderia ser melhor, mas o saldo é positivo	11,7	3,4	17,4	19,3	48,1	264
É a proposta ideal para a indústria	14,3	0,0	28,6	14,3	42,9	7

* Apenas os que conhecem a proposta e tem uma avaliação definida.

ICMS: unificação de alíquotas é um avanço

A última pergunta desta Sondagem Especial refere-se ao ICMS, ou mais especificamente o que a reforma deveria implementar de mais importante quanto a mudanças no ICMS. Em primeiro lugar, com quase 40% de assinalações, tem-se a unificação das alíquotas nacionalmente. Esta opção é a primeira independente do porte da empresa ou do setor de atividade. Em segundo lugar tem-se a simplificação dos procedimentos e exigências com 15% das assinalações. Com relação à discussão sobre a sistemática de cobrança na origem ou destino, observa-se uma ligeira preferência para a segunda forma: 9,7% no destino contra 7,7% na origem, diferença esta determinada pelas pequenas e médias empresas. Note-se ainda que 16% não tem uma posição definida sobre qual deve ser a mudança no ICMS.



A Sondagem Especial sobre a Reforma Tributária foi realizada junto com a Sondagem Industrial entre os dias 25 de junho e 15 de julho do corrente e contou com a participação de 1.385 empresas, das quais 1.157 pequenas e médias e 228 grandes. A amostra foi construída com base na metodologia de amostragem probabilística e permite a geração de dados setoriais e regionais. Os interessados nesses tipos de informação deverão solicitá-las à Unidade de Política Econômica da CNI através do tel. (21) 2204-9566 ou via correio eletrônico: sondagem@cni.org.br. Para conhecer a metodologia de construção da amostra visite a Home page da CNI: www.cni.org.br.

EXPEDIENTE: **SONDAGEM ESPECIAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA** – Coordenação Técnica: Unidade de Política Econômica – Equipe Técnica: Flávio Castelo Branco, Simone Saisse, Renato Fonseca, Edson Velloso, Marcos Haddad, Suzana Peixoto e Maria Angélica Moreira – Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social – Supervisão Gráfica: UNICOM/ Área de Produção Gráfica – Normalização Bibliográfica: ECON/Núcleo de Informação. Informações Técnicas: Tels.: (21) 2204-9566 – E-mail: sondagem@cni.org.br. Assinaturas: Unidade de Relações com o Mercado – Rua Mariz e Barros, 678 – CEP: 20270-002 – Rio de Janeiro - RJ – Tels.: (21) 2204-9500 / 9513 / 9514 – Fax: (21) 2204-9522 – E-mail: sac@cni.org.br. Home page: www.cni.org.br.